

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 546.497 - RJ (2019/0346675-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : THIAGO SOARES ANDRADE
ADVOGADO : THIAGO SOARES ANDRADE - ES024506
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : PAOLA INACIO GUIMARAES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de PAOLA INACIO GUIMARÃES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0063873-08.2019.8.19.0000, Desembargador Roberto Távora).

Consta dos autos ter sido a paciente presa em flagrante, custódia essa convertida em preventiva, pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, ante a apreensão de **550g (quinhentos e cinquenta gramas) de cocaína** (e-STJ fl. 78).

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a soltura da paciente, o pedido liminar foi indeferido (e-STJ fl. 78).

No presente *writ*, sustenta o impetrante que no "auto de prisão em flagrante não existe qualquer indício que comprove que a paciente teve alguma participação na aquisição, transporte, venda, entrega da respectiva substância entorpecente. De mais a mais, entender em sentido contrário é transferir ao transportador de pessoas uma responsabilidade do Estado, a Paciente não pode, enquanto prestadora de serviço - revistar os itens pessoais do passageiro para conferir se não há substâncias ilícitas sendo transportado, esse poder/dever é da polícia" (e-STJ fl. 14).

Aduz a desproporcionalidade da custódia antecipada ante a possibilidade, em caso de eventual condenação, de fixação de regime prisional diverso do fechado e da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Afirma inexistir motivação idônea para a segregação antecipada e que a

Superior Tribunal de Justiça

quantidade de droga apreendida não autoriza, por si só, a prisão preventiva.

Assevera que militam em favor da paciente condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito.

Destaca a suficiência da imposição de medidas cautelares alternativas.

Busca, inclusive liminarmente, seja revogada a custódia cautelar do paciente.

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* ante *decisum* que indefere liminar no *writ* precedente, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), o que não ocorre na espécie, pois, ao que parece, a prisão cautelar está justificada na gravidade concreta da conduta, evidenciada pela quantidade de entorpecente apreendido, a saber, **550g (quinhentos e cinquenta gramas) de cocaína** (e-STJ fl. 78).

Assim, as questões formuladas, notadamente diante das peculiaridades do caso, necessitam de averiguação mais aprofundada pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação contida na impetração no momento adequado. Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator